

# POVOS DAS MINAS NO SÉCULO XVIII\*

EDUARDO FRANÇA PAIVA\*\*

\* Por decisão do autor, o texto que segue é a transcrição editada da palestra e debate ocorridos em 4 de junho de 2008.

**Resumo:** Este texto resulta da transcrição editada de conferência feita pelo prof. Eduardo França Paiva no Ciclo de Palestras Formação do Povo Mineiro. A conferência abordou a história dos povos que habitaram as Minas Gerais no século XVIII, destacando-se a complexidade daquela sociedade e de sua composição populacional. Os principais pontos da reflexão foram o vigoroso processo de mestiçagens biológicas e culturais ocorrido no período, em uma sociedade escravista, conectando-o a outras regiões americanas, e a extraordinária dinâmica demográfica, urbanística e socioeconômica que fomentou aquele fenômeno. Destaca-se, também, a análise de formas de convivência, de coexistência e de sociabilidade desenvolvidas pelos moradores, assim como o exame das interrelações e das distinções praticadas pelos grupos sociais compostos por brancos, pretos, índios, crioulos, cabras, mulatos e pardos, tanto escravos, quanto libertos e livres, que ora se mesclavam, ora se apartavam completamente.

**Palavras-chave:** Mestiçagens, Escravismo, Capitania de Minas Gerais, População, Dinâmicas Sociais

\*\* Doutor em História Social, com estudos pós-doutorais na EHESS-Paris. Professor Associado do Departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais. Historiador e Coordenador do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG.

**Abstract:** This text results from the edited transcription of a conference from the Prof. Eduardo França Paiva in the Ciclo de Palestras Formação do Povo Mineiro. The conference discussed the history of the people that lived in the Minas Gerais in the XVIII<sup>th</sup> century, affirming the complexity of that society and its population's composition. The main points of this reflection were the vigorous process of biological and cultural miscegenation occurred in the period, in a slave society, connecting it to other american regions, and the extraordinary demographic, urban and socioeconomic dynamics which promoted that phenomenon. It also stands out the analysis of the forms of how to live in society, of coexistence and of sociability developed by the residents, as well as the examination of the interrelations and of the distinctions carried on by the social groups composed by whites, blacks, creoles, *cabras*, mulattos and *pardos*, as slaves or as freed and freemen, which for times mixed themselves, and for other times separated themselves completely.

**Keywords:** Miscegenation; Slavery; Captaincy of Minas Gerais; Population; Social Dynamics

**O Sr. Márcio Santos** – Nós estamos dando início a mais uma palestra da programação do Pensando em Minas, e, nesta série de eventos, concentramo-nos no tema da formação do povo mineiro. E hoje temos o prazer de receber o professor Eduardo França Paiva. Lembramos que o ciclo de palestras sobre a formação do povo mineiro é organizado pela Escola do Legislativo e o objetivo é trazer, aqui nesse espaço, especialistas, profissionais de História, de Economia, e das Ciências Sociais, que reflitam sobre a formação das Minas Gerais e sobre a trajetória histórica do estado, do ponto de vista da organização do território e do ponto de vista das populações e dos povos que se movimentaram sobre esse território. Tivemos, na vez passada, no primeiro evento, uma rica palestra da professora Adriana Romeiro, que nos trouxe uma contribuição sobre o tema das minas antes das Minas Gerais, ou seja, a região mineradora, onde hoje estamos centrados, sobre as

## POVOS DAS MINAS NO SÉCULO XVIII

---

primeiras jazidas minerais que deram origem à capitania das Minas Gerais, antes mesmo da elevação desse território a capitania, que se deu em 1720.

A palestra da Adriana foi especialmente interessante por abordar esse momento, como ela diz, esses albores da história mineira, que é aquele período pouco estudado da história da formação histórica de Minas Gerais. E hoje com o Eduardo França Paiva, a gente alcança o momento áureo da história de Minas, tanto no sentido figurado como no sentido literal, porque é o momento em que realmente a produção do ouro e do diamante na capitania fez o esplendor do que foram as Minas Gerais no século 18, uma sociedade tanto de opulência e de riqueza, quanto de miséria, de exclusão e de conflito. Lembramos que, como escreveu Laura de Mello e Souza, trata-se de uma sociedade de opulência e miséria, de norma e conflito, enfim, uma sociedade profundamente contraditória, profundamente clivada, mas que aos poucos foi se constituindo numa região diferenciada no contexto do território colonial. Eduardo França Paiva é atualmente coordenador do programa de pós-graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais. É doutor em História Social pela Universidade de São Paulo, fez os seus estudos pós-doutorais na *École des Hautes Études en Sciences Sociales* (França) e é autor de obras importantes sobre o período colonial mineiro: *Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII: estratégias de resistência através dos testamentos*, uma obra de 1995, e *Escravidão e universo cultural na colônia: Minas Gerais, 1716-1789*, uma obra de 2001. Com a palavra, Eduardo França Paiva.

**O Prof. Eduardo França Paiva** – Eu queria começar agradecendo o convite para vir aqui, porque é muito bom falar sobre resultados acadêmicos fora da academia. Então, acho que isso, além de ser uma oportunidade que a gente tem de respirar outros ares, de ouvir outras demandas, é prazeroso e extremamente importante, porque é, penso eu, uma das formas de diálogo que nós da academia, da universidade, podemos estabelecer com pessoas fora dos muros da universidade e de

aproximarmos, portanto, esses dois universos. Queria muito agradecer por essa oportunidade que eu acho extremamente importante e profícua. Queria também dizer o seguinte: que esse é um tema que durante muitos anos eu venho pesquisando. Comecei pesquisando com o foco em Minas Gerais, mas, com o passar dos anos, esse foco ficou cada vez mais conectado com outros temas. Eu queria explicar isso: quero dizer que eu só consigo entender hoje Minas Gerais, conectando-a com o mundo, e não sou só eu que faço isso, é toda uma historiografia, toda uma opção historiográfica mais recente. Essa história conectada é a história que não concebe ilhas regionais ou ilhas nacionais ou ilhas temáticas, todas auto-suficientes, porque esses temas são todos muito conectados. E finalmente eu queria também dizer que o que eu vou falar aqui hoje sobre esse tema, Minas Gerais, a situação dessa região, as questões demográficas, culturais, sociais, tudo isso está muito calcado na enorme e inovadora produção historiográfica dos últimos 15, 20 anos, que, infelizmente, nem sempre circula tanto quanto deveria circular, portanto, tem um impacto muito menor do que nós gostaríamos que tivesse. Muito do que está sendo revisto, reescrito, muitos dos mitos que foram enfim recolocados, revisados, e tudo o mais, muitos dos equívocos históricos e historiográficos que vão se amontoando ao longo do tempo têm sido alvo dos esforços dos historiadores e de outros estudiosos. Trabalhos excepcionais têm sido desenvolvidos, sobretudo nos cursos de pós-graduação, de mestrado ou doutorado, e isso nem sempre chega ao grande público. Enfim, pouca gente conhece, isso não chega às escolas. Então, a resposta é sempre essa, que isso tem realmente um tempo de maturação, um tempo de apropriação, não é automático. Agora, é muito mais lento do que deveria ser, e é por isso que eu volto a dizer que é muito importante nós estarmos aqui, a Adriana Romeiro já passou, outros virão e eu também, estabelecendo esse diálogo fora dos muros da academia, ou seja, expandindo esses resultados e apresentando-os. Muito bem. Dito isso, eu acho que a melhor forma de começar a falar sobre o tema é chamar a atenção para alguns pontos que são realmente importantes, sobre os quais nós podemos desenvol-

## POVOS DAS MINAS NO SÉCULO XVIII

---

ver essa conversa, porque eu vou falar um pouco e gostaria muito de conversar, de dialogar realmente com vocês. O primeiro desses pontos é lembrar principalmente para aquelas pessoas que não têm formação em História que o que nós entendemos por Minas Gerais, o que nós chamamos de Minas Gerais, hoje, não existia no século XVIII. Não existia nem essa Minas Gerais demarcada fisicamente, geograficamente, nem tampouco existia o mineiro, no sentido que nós nos damos hoje. Então, a primeira questão é essa, nós estamos diante de uma sociedade em formação que faz parte de uma sociedade mais ampla, enfim, de uma extensão territorial mais ampla, que pode ser a América portuguesa, pode ser o Brasil, mas que pode ser a América, e que estava toda ela ainda em formação no século XVIII. Portanto, muito cuidado inicialmente para nós não projetarmos o que nós entendemos como Minas Gerais, como “o mineiro”, como população mineira, como eu vou chamar aqui, esse nosso presente no passado, porque esse passado era muito diferente. Então, essa é uma primeira base sobre a qual nós vamos desenvolver uma idéia aqui. O outro ponto que é central, em torno do qual eu vou tentar desenvolver essas idéias aqui com vocês, chama-se mestiçagem. É conceito, mas para além de um conceito, é prática muito antiga e muito importante na história de todos os grupos humanos. O conceito de mestiçagem, isso é muito interessante, saiu do século XIX e entrou no século XX muito mal-visto, e, durante o século XX, a idéia de mestiçagem foi tomada de variadas formas, mas talvez a principal tenha sido tomá-la como uma forma de negar ou de fragmentar um todo igual. A idéia de mestiçagem, portanto, durante muitas décadas, foi tomada como uma idéia que prestava um desfavor aos historiadores, sociólogos e antropólogos. Porque, na verdade, se tratou durante muito tempo de estabelecer dois grandes grupos, um que dominava e outro que era dominado e, portanto, essa idéia de mestiçagem atrapalhava tudo, não ajudava em nada. Esse é um dos pontos que está por trás dessa revisão, da atualização da leitura historiográfica contemporânea. Ou seja, enfim, nós, de uma forma geral, abrimos mão de entendermos uma sociedade histórica na sua simplicidade, eu diria que é mais do que

simplicidade, na “simploriedade” (se essa expressão existe) de uma contradição que quase nunca existiu de fato. Ou seja, uma sociedade, quando ela é diversa, complexa, plural, não é por isso, como se costumou entender, contraditória. Aliás, esse é outro conceito que nós precisamos rever. Nós não estamos falando, portanto, de contradições, mas de complexidade, o que é completamente diferente. Complexidade social não quer dizer contradição social. Nós estamos falando, portanto, de uma sociedade em formação e formação diversa, plural, que contou – aí sim, eu vou entrar diretamente agora no tema da conversa dessa noite –, que contou, para se conformar, com uma diversidade cultural, étnica, de origens as mais variadas, de populações as mais variadas, de grupos os mais variados, que vieram de outros continentes para aqui interagirem. Vejam bem eu não estou, a princípio, dizendo que uns seriam para dominar e outros para serem dominados. Estou falando de outras perspectivas: estou falando sobre como esse deslocamento populacional, com origem em várias partes da África, ou das Áfricas (vou colocar isso no plural e vou falar, daqui a pouco, sobre o porquê), em várias partes da Europa, em várias partes da própria América, resulta em incontáveis mesclas, que abrangem, também, as populações nativas pós-coloniais, que, ao longo do tempo, vão se distinguindo entre si; estou falando de como foi a dinâmica que se estabeleceu no dia a dia, no cotidiano, entre esses grupos distintos, que carregavam tradições muito distintas, que carregavam culturas muito distintas e que, como qualquer outro grupo humano, sempre estiveram inseridos em uma dinâmica de transformação; estou falando das bagagens culturais, das tradições que são transformadas, readaptadas e ressignificadas. Então, espero ter colocado as bases sobre as quais eu vou falar aqui, sobre essa sociedade. Bem, já no final do século XVII, essas terras extensas que hoje nós chamamos de Minas Gerais eram chamadas de sertões. Sertão é uma palavra muito antiga, usada desde, talvez, o século XIV. Foi muitíssimo usada por portugueses e espanhóis para se referirem a algumas regiões da África. O que era sertão? Sertão era terra de ninguém, era terra incógnita, terra inculta, onde não havia cultura, na perspectiva

## POVOS DAS MINAS NO SÉCULO XVIII

---

dos ibéricos dos séculos XIV, XV e XVI, claro. Então, essas terras, durante muito tempo, foram chamadas efetivamente de sertões e foram tomadas pela história, pelos historiadores como tal. Hoje, trabalhos de pesquisa extraordinários, como, por exemplo, o da professora Fernanda Borges de Moraes, da Escola de Arquitetura da UFMG, têm demonstrado que, já no final do século XVII, todo o vale do São Francisco, todo o vale do Rio das Velhas até o centro de Minas Gerais eram povoados em ambas as margens por fazendeiros. Essas terras incógnitas, terras incultas, essas terras de povos bravios que eram os nativos, na verdade, já eram terras conhecidas, habitadas, e já abrigavam comunidades e até mesmo sociedades, no final do século XVII. Só isso já muda completamente a perspectiva histórica da ocupação da região das Minas. Mas a capitania (na época não existiam nem estados, nem províncias) de Minas Gerais foi criada em 1720, desmembrada da capitania de São Paulo e Minas do Ouro, sobretudo por conta de uma série de conflitos em torno do ouro; isso não é novidade para ninguém. Da “descoberta” do ouro, que nós ainda continuamos pensando que foi por acaso, surgem as versões *a posteriori* sobre a velha história dos bandeirantes, que saem de São Paulo (eles nunca saem da Bahia, eles nunca vêm da Bahia. Prestem atenção, eles sempre vêm de São Paulo). Por quê? Porque existe uma historiografia paulista que durante muitas décadas dominou o cenário historiográfico brasileiro e “construiu” um Brasil a partir dessa perspectiva, da “perspectiva bandeirante”. E nós reproduzimos tudo isso, com facilidade, até hoje. Então continuamos evocando aquela velha história que todos nós aprendemos nos manuais antigos dos colégios. Os paulistas saem de São Paulo, descobrem ouro em Minas Gerais, descobrem diamantes, descobrem esmeraldas e, aí, *fiat* Minas Gerais, assim como o próprio Brasil, quero dizer, Minas Gerais se faz através da “varinha de condão” dos bandeirantes paulistas e da pluma dos historiadores paulistas. Tudo isso está sendo revisto e muito revisto. Na verdade, o que se sabe perfeitamente é que essas terras já eram conhecidas, e que o ouro, assim como outros minerais, como ferro, que ninguém nunca se lembra de incluir “na lista”, já eram conhecidos muito antes

disso. Essas bandeiras tanto vieram de São Paulo quanto da Bahia, e os fazendeiros que descem o vale do São Francisco ocupam toda a região e tornam-se produtores agrícolas, têm gado e se estabelecem em fazendas, cujas terras são, muitas vezes, extensas. Então, toda essa população desde o século XVII ocupa essas regiões. Quando as várias jazidas de ouro tornam-se conhecidas, a notícia se espalha com muita facilidade, com muita rapidez, e não houve apenas interesse enorme de gente de outras regiões da América portuguesa para se passarem às Minas Gerais ou ao “sertão” e se enriquecerem, mas houve, também, enorme quantidade de gente que se fixou ali. Não fomos nós, no final do século XX, que descobrimos, em Serra Pelada, que o ouro não mata a fome dos mineradores. Sabe-se bem disso desde os gregos antigos. Nós temos um péssimo hábito, uma péssima mania de subestimarmos a capacidade de conhecimento dos homens e mulheres do passado. Assim, sempre estamos achando que tudo ou quase tudo nós descobrimos recentemente e que no passado ninguém sabia de nada – descontado meu exagero, aqui. Essas idéias sobre como se extrai o ouro; sobre o que é preciso para se ter uma atividade mineradora; sobre como se deve plantar; sobre como se abastece uma sociedade mineradora; sobre como a população deve ser organizada; sobre o que significaria uma sociedade mineradora sem normatização e sem ordenação mínimas, todas são idéias que já existiam entre os gregos antigos. Não é por outro motivo que em 1720, quando o Conde de Assumar escreveu (e várias pessoas já disseram que não foi ele quem escreveu) o famoso discurso que até hoje todos nós repetimos, *que a terra parece que evapora tumultos: a água exalla motins: o ouro toca desaforos: distillam Liberdades os ares: vomitam insolências as nuvens: influyem desordem os astros: o clima he tumba da paz, e berço da rebelliam: a natureza anda inquieta comsigo, e amotinada Lá por dentro, é como no inferno*. Nisso, ele (ou quem escreveu o discurso) está simplesmente retomando discursos antiqüíssimos sobre áreas de mineração e como a desordem aí pode se transformar em catástrofe. Então, a ocupação das Minas, lá no fim do século XVII e no início do século XVIII, contava com todas



## POVOS DAS MINAS NO SÉCULO XVIII

---

essas experiências trazidas por portugueses e outros europeus. Mas aquilo que nos interessa sobremaneira, e que ainda é muito pouco conhecido, são as experiências trazidas pelos africanos, tudo no plural. Hoje, sabemos que boa parte dos escravos africanos que entraram nas Minas, já no início do século XVIII, e que foram muitos, eram escravos que tinham experiência histórica com mineração e não de mina profunda, mas de ouro em pó, que é o que vai se encontrar em grande quantidade aqui. Hoje nós temos elementos também para afirmar ou, pelo menos, para desconfiar fortemente, que, entre esses escravos que vêm para cá com um *know-how*, digamos, de mineração de pó de ouro, em grande quantidade eram mulheres, que tinham a mesma experiência de mineração do pó de ouro em várias regiões africanas. E mais, não apenas de tirar o pó do ouro, mas de fundir o ouro. E, além disso, nessas mesmas regiões ou em outras que mais tarde vão se tornar regiões mais importantes no fornecimento da mão-de-obra escrava na África, para a região das minas, em Minas Gerais, a experiência em extração, fundição, exploração do ouro é antiqüíssima, e na região mais ao sul do continente africano, onde hoje é Moçambique, a experiência em extração, exploração e transformação da pedra-sabão é igualmente muito antiga. Isso muda completamente a nossa forma de pensar como essas populações, primeiro, entraram no Novo Mundo, e, depois que entraram, como se mesclaram, se organizaram e se distinguiram. Eu quero frisar isso aqui, como se distinguiram. Se alguém pensa que em todo esse período (e eu vou usar expressões que eram usadas na época) preto é igual a crioulo, que é igual a mulato, que é igual ao pardo e que todos formam a “população negra”, como se diz hoje, engana-se profundamente. Preto era preto, crioulo era crioulo, mulato era mulato, pardo era pardo, cabra era cabra, e não se misturam, muitas vezes. E tem mais, havia uma hierarquia, não é só distinção na horizontal, é uma distinção na vertical. Quem é melhor que o outro? E, muitas vezes ser melhor que o outro não estava ligado exclusivamente à cor da pele, se um era mais preto ou menos preto que outro. É claro que isso também contava, mas nem sempre era esse o critério para se distinguirem. Então,

aqueles que dominavam, por exemplo, o pequeno comércio, aqueles que tinham maior conhecimento sobre técnicas de construção, aqueles que tinham maior conhecimento sobre mineração se destacavam dos demais. Foram se distinguindo em grupos e confrarias, em tudo. Nós estamos diante de uma sociedade que se conformou no viés da diferença, da diversidade, da pluralidade, inclusive da diferença entre esses que nós chamamos de africanos, que não falavam a mesma língua, que não se entendiam religiosamente, por exemplo. Para vocês terem uma idéia, ainda hoje é praticamente desconhecida a história dos povos africanos islamizados que vieram pra cá. E foram muitos. Nós não temos registros e, então, achamos que eles não existiram. Esses “africanos”, muitas vezes, não falavam a mesma língua, não se entendiam, possuíam tradições de comércio, conhecimentos, saberes técnicos completamente distintos, por vezes, saberes muito mais bem elaborados, muito mais desenvolvidos do que os dos europeus, por exemplo, os relacionados à fundição de metais e aos fornos de fundição. Então, vejam bem, se por um lado nós temos um quadro de diversificação, de pluralidade, um quadro que tem, sim, miséria, temos, por outro lado, elementos extremamente importantes, como, por exemplo, mobilidade física, cultural e social. Nós temos aí uma região que foi ocupada não ao “Deus dará”, como se acreditou até recentemente, na qual as pessoas iam chegando, iam explorando, e, ali onde se construía um casebre, no dia seguinte encontrava-se um veio e se destruía a casa e, assim, arraiais foram sendo formados. Ao contrário, a sociedade mineira foi conformando-se, lastreada a ordenamentos e lógicas que, às vezes, fogem aos nossos olhos viciados de hoje e que nem sempre ficaram registrados na documentação. Mas, quanto mais nós comparamos, quanto mais nós conhecemos e percebemos como essa população se organizava, como se instalava, como ascendia economicamente e socialmente, mais nós percebemos como essa sociedade colonial elegeu formas de organização convenientes e adaptou outras tantas. Isso aconteceu só em Minas Gerais? Não. Isso é inédito? É só aqui que acontece? Não, não é. A mestiçagem foi inventada aqui em Minas Gerais? Não foi. Foi

## POVOS DAS MINAS NO SÉCULO XVIII

---

aqui que o mulato “nasceu”? Também não. Isso é muito mais antigo do que as invasões islâmicas na Península Ibérica. Tudo isso foi vivenciado em várias partes da África negra, da África mediterrânea, isso foi vivenciado na Península Ibérica (aliás, a presença de negros africanos, nem sempre escravizados, foi marcante na Grécia e no Egito antigos) e tudo isso foi transportado para a América e foi dinamizado aqui: a dinâmica do trato, do conhecimento, da mescla dos saberes que circulam, das pessoas que circulam. Aí sim, aí nós chegamos à questão mais particular, mais central, eu acho. Que questão é essa? A dimensão que tudo isso tomou na América.

Vocês devem estar pensando, “mas o Eduardo fala de grandes quantidades, mas não dá nenhum dado”. Então, vou fornecer alguns dados para vocês saberem de que é que eu estou falando. Até o final do século XVI, o primeiro século de ocupação da América pelos europeus, a população indígena sofreu uma avaria muito grande. Todo mundo sabe que a população indígena diminuiu muito. Talvez menos do que se diz, ou do que se disse, mas diminuiu efetivamente. Em paralelo, entraram na América algo em torno de 600 a 800 mil africanos. Enganam-se aqueles que pensam que esses 800 mil escravos vieram para o chamado Brasil (não existia Brasil, como o entendemos hoje, naquele momento). Não, eles não vêm privilegiadamente para cá, como se pode imaginar. Até o final do século XVI ou até meados do século XVII, havia muito mais africanos na Nova Espanha (México) e no Reino do Peru do que em toda a América portuguesa. Só no século XVII é que a mão-de-obra escrava indígena no Brasil, principalmente na área da plantação de cana, da produção de açúcar, perde importância diante da mão-de-obra africana e é a partir daí que a América portuguesa passa a receber mais africanos que a América espanhola. Então, se no século XVI entraram 800 mil africanos, somados a alguns milhares de europeus e algumas dezenas ou centenas de milhares de indígenas, nós teríamos aí uma população, digamos, de alguns milhões de pessoas, 3, 4, 5 milhões, talvez. É difícil precisar isso, porque não há censos. Só no século XVII, a partir, portanto, da

produção de açúcar, entraram na América portuguesa mais, pelo menos, 1.000.000 de africanos. 1.000.000 de africanos em um século: é um êxodo, é um enorme deslocamento forçado. Durante esses dois séculos – XVI e XVII – as populações indígenas também se deslocam de uma forma igualmente pouco conhecida. Mas sabemos, por exemplo, que boa parte dos indígenas da Venezuela foi transformada em escravos, levados para o Caribe. Muitos que não foram escravizados foram submetidos a *encomenderos* e houve grande deslocamento populacional interno em toda América espanhola. Grande número de europeus também se deslocou em direção à América. E outro mito se instala aí: os europeus viriam ao Novo Mundo para se enriquecerem e depois voltarem. Não. Muitos deles vieram, ficaram ricos e permaneceram. A América, afinal, tornara-se um dos eixos econômicos importantes do mundo naquele momento. Então, só para continuar com esses dados, 1.000.000 de escravos africanos ou pouco mais que isso entraram no Novo Mundo durante o século XVII. O século XVIII, que é o século da mineração do ouro por excelência, foi o que nós poderíamos chamar de o século das Minas Gerais. Durante o “século das Minas” dobram os números: dois milhões de escravos africanos entram no Brasil. Outros milhares e milhares de europeus migram também. A população indígena, ainda que menos intensamente, continuava deslocando-se. Mas, temos um elemento que difere completamente o Setecentos dos séculos anteriores: o crescimento positivo interno, ou seja, a mão-de-obra escrava africana duplica, mas também há um enorme número de escravos que nascem no Brasil. Isso significa que daí pra frente a dependência de mão-de-obra escrava africana diminui e o número de escravos nascidos aqui aumenta muito. Eu vou falar do século XIX depois. Deixa suspenso, por enquanto. Eu queria centrar nesse século XVIII. E essas pessoas que nasciam aqui então? Pretos? Não. Pretos não eram, porque preto era expressão empregada para africanos. Às vezes se dizia negro, mas, muito freqüentemente, negro também foi termo empregado para africanos. A documentação extensa que nós temos nos permite convencionar, salvo exceções, que pretos e negros

## POVOS DAS MINAS NO SÉCULO XVIII

---

eram africanos. As pessoas que nasciam aqui eram crioulos. O que são crioulos? São os nascidos aqui, filhos de pais africanos. Há referências, inclusive, sobre crioulo ser palavra africana para designar os filhos nascidos na América, mais tarde, pela sonoridade, adotada pelos espanhóis. E quais as outras “qualidades” (expressão da época empregada para diferenciar brancos, pretos, negros, crioulos, índios, cabras, mulatos, pardos, etc...) possuíam os nascidos no Brasil? Eram os mestiços, que formavam outros numerosos grupos populacionais, portadores de várias tonalidades de pele, de distintas origens étnicas, culturais e religiosas. Esses mestiços eram pardos e mulatos, principalmente. E eles não eram iguais. Havia muitos mulatos, que tinham pele mais clara, embora isso não tivesse convenção ou fosse normatizado. Na verdade, é muito difícil precisar tudo isso, pois nunca houve conceitos e parâmetros que coubessem em todas as épocas e em todas as regiões e que fossem operados de maneira padronizada por todos os grupos sociais. Aquele que se chamava de pardo podia ser chamado de mulato por outros. Por outro lado, as variações podiam abranger áreas aparentemente apartadas e distantes, assim como se adaptaram diferentemente em cada época. O que se denominou negro nos Estados Unidos, por exemplo, nem sempre correspondeu às definições existentes em áreas africanas, em Cuba, no Peru, na Jamaica ou no Brasil. Então, isso torna essas categorias socioculturais bastante relativas. Mas é um belo exemplo para nós percebermos como esses conceitos ou categorias podem atravessar séculos sem muitas alterações, mas, ao mesmo tempo, podem sofrer inúmeras adaptações e mudanças.

No final do século XVIII, Minas Gerais era a região mais populosa e mais rica da América portuguesa. Em 1776, um proto-censo indicava que existia uma população que girava em torno de 320 mil pessoas na Capitania. Não é pouca coisa para o século XVIII. Desses 320 mil habitantes das Minas Gerais, pelo menos 130 a 140 mil eram ex-escravos e descendentes diretos desses ex-escravos, primeira e segunda gerações. Ou seja, não-brancos nascidos livres e ex-escravos, entre pretos, negros, crioulos, mulatos, pardos, cabras, enfim, uma gama de

adjetivos para definir os alforriados. E, diga-se de passagem – não vou entrar nesse detalhe –, um grande número deles comprou as alforrias e não as ganhou, como se costuma dizer. Mas isso é motivo para outra conversa. Entre 100 a 110 mil pessoas eram escravas: pretos, negros, crioulos, pardos, mulatos, cabras e uns 80 mil brancos. Ou, melhor dizendo, uns 80 mil livres, que é a expressão usada nesse proto-censo, o que significa que entre esses livres, um número bastante significativo deveria ser de pardos e de mulatos, de terceira, ou de quarta ou de quinta geração (chamados em alguns lugares da América portuguesa ou da América espanhola, de *quarteirões*, *quinteirões*...). Ou seja, entre esses livres, nem todos eram brancos. Temos, portanto, aí uma enorme população de não-brancos; chamá-los, como já foram chamados antes, de desclassificados (e a própria Laura de Mello e Souza concorda com isso) não é o mais adequado. Mas nós não devemos sair da categoria genérica “desclassificados” e cair no balaio “negros”, porque muitos não eram negros, nunca se viram como tal, nunca se representaram como tal, nunca se acharam iguais em “negritude” ou se irmanaram como negros. Vou insistir: mulatos, pardos, crioulos, pretos, negros, cabras, entre outros, se distinguiam no cotidiano, se classificavam e se hierarquizavam, muitas vezes, em uma escala encabeçada pelos brancos, católicos e europeus. Essa população aparentemente fragmentada tanto negociou ou concordou, quanto “guerreou” entre si. Houve conflitos e houve negociações, acordos e afinidades entre eles também. Aí vocês devem estar se perguntando, mas que tipo de afinidade havia entre gente que era tão diferente, afinal? O que levou essa população a estabelecer acordos, negociações, a se mesclar em alguns momentos e se superpor e a se contrapor em outros momentos? O que permitiu que tudo isso existisse ao mesmo tempo, vivenciando dinâmicas e dimensões pouco comuns naquela época, chamou-se Minas Gerais. E por que as Minas Gerais? Porque nós estamos falando de uma sociedade muito populosa, com uma economia muito dinâmica e conectada com redes de comércio planetárias, a ponto de, por exemplo, em meados do século XVIII, existirem fábricas de tecidos de algodão em

## POVOS DAS MINAS NO SÉCULO XVIII

---

possessões portuguesas na Índia produzindo para o mercado brasileiro, ao gosto deste. Esse mercado consumidor setecentista, em boa medida, localizava-se em Minas Gerais, e os compradores desses tecidos nas Minas Gerais, no Rio de Janeiro, em Salvador, em Recife, eram, também em grande medida, mulheres não brancas: eram as negras, pretas, criou-las, mulatas e pardas. Então, estamos falando de uma produção do outro lado do mundo que é consumida aqui pela população colonial mestiça e até mesmo escrava, marcadamente feminina, o que era traço de toda aquela dinâmica, diversidade e dimensão alcançada pela sociedade colonial brasileira e mineira, em particular. Além disso, deve-se destacar a rápida e estendida urbanização ocorrida nas Minas, diferente do que ocorrera até então em toda a América. Não se tratava apenas do planejamento de uma ou outra cidade ou da instauração de duas ou três vilas, mas da formação de extensa rede de vilas e arraiais, com impressionantes dinâmicas econômica e cultural, que vai se diferenciar das sociedades lastreadas na produção agrícola, como a do açúcar, mais ao norte. A economia das Minas no século XVIII se diversificou rapidamente: a produção aurífera, diamantífera e de outros minerais (ferro e pedras preciosas, por exemplo) desenvolveu-se em paralelo às atividades comerciais mundializadas, à pecuária e aos serviços, concentrando parte substancial da riqueza gerada nas áreas mais urbanizadas. Mais ainda, nas Minas se vivenciaram inversões extremamente importantes, para melhor entendermos tudo isso que venho dizendo. Até o final do século XVII, em toda a América portuguesa – e isso pode ser dito para a América espanhola também – havia poucos proprietários de muitos escravos. O que vai ocorrer nas Minas Gerais é exatamente o contrário. Desde o início do século XVIII, houve muitos proprietários de poucos escravos. A média, que em áreas mais rurais era mais ou menos de 30 escravos por senhor, nas Minas, era de, mais ou menos, 5 escravos, o que significa dizer que a relação entre proprietário e escravo era muito mais próxima, no cotidiano. Significa dizer também uma coisa que não é explícita e que causa bastante polêmica – mas, enfim, eu falo é da História, eu não falo de um tempo mítico que eu estou

inventando: talvez mais de 1/3 de todos os proprietários de escravos nessas regiões urbanizadas, e aí se inclui o Rio de Janeiro, Salvador, Recife, o Recôncavo Baiano, enfim, mas, principalmente, as Minas Gerais, eram ex-escravos. Eram ex-escravos, o que me permite dizer com toda a convicção que nessa sociedade escravista colonial, sobretudo a partir do século XVIII, isso ficou muito claro, libertar-se não era o único e talvez não tenha sido também o principal valor cultivado por esses escravos de todas as “qualidades”, mas sim, o libertar-se e tornar-se proprietário de escravos numa sociedade escravista colonial. Assim se distinguiam os habitantes entre si: não apenas o menos preto do mais preto, o liberto do livre, mas, também, os proprietários de escravos dos não-proprietários, ainda que o plantel fosse, em média, numericamente reduzido. Eu estou tentando falar com vocês que é bom nós começarmos a passar uma borracha em boa parte do que aprendemos até agora sobre história da escravidão e das mestiçagens e, por conseguinte, sobre a história da formação biológica e cultural das populações coloniais. A historiografia mais recente vem revendo muito das versões que se mantiveram aceitas durante muitos anos, talvez por falta de pesquisas mais sistemáticas e por termos muito maior acesso hoje à documentação existente no Brasil e no exterior. Para finalizar, eu quero dizer a vocês que uma das questões para mim, sei que isso não é consensual, mas para mim, que pesquiso isso há muitos anos, um dos pontos mais importantes para nós pensarmos melhor todo esse quadro que eu pintei aqui (de uma forma, talvez, demasiadamente ampla) é lembrar que muito do que se sabe ter se desenvolvido na sociedade mineira colonial já existia antes em outras regiões e épocas. Entretanto, a peculiaridade dessa história reside na dimensão e na dinâmica engendradas (estou me repetindo, mas creio ser necessário). A grande quantidade de escravos, em Minas Gerais, que comprou sua alforria, evocando a coartação, direito costumeiro reconhecido por todos, inclusive pelas autoridades, denominado coartação, embora seja realidade ainda desconhecida do público em geral, é talvez o melhor exemplo para pensarmos sobre essa rica história colonial mineira. A coartação era um tipo de



## POVOS DAS MINAS NO SÉCULO XVIII

---

alforria paga em parcelas, às vezes durante 4 ou 5 anos. Ao longo desse tempo, os coartados se ausentavam do domínio cotidiano de seus proprietários, bancavam suas próprias vidas, não podiam ser vendidos nem emprestados; tudo o que, normalmente, se podia fazer com um escravo não se aplicava ao coartado. As mulheres se tornaram maioria entre esses coartados e, daí, maioria entre os libertos, mais uma inversão importante ocorrida freqüentemente nas Minas. Vários e vários casos de coartações negociadas entre escravos e proprietários que, por algum motivo, não foram concluídos como se acordara, acabaram chegando à Justiça colonial. Muitos desses processos foram abertos a pedido dos escravos coartados que se sentiam lesados pelos senhores e, em várias ocasiões, a Justiça deu ganho de causa aos escravos. Eu acho que isso dá um panorama sobre a fascinante e instigante história dessa região e de seus moradores setecentistas, que é, em larga medida, “janela” para se conhecer melhor a história do Brasil e da América. Muito obrigado.

**O Sr. Márcio Santos** – Quero parabenizar o professor Eduardo França Paiva pelo brilhantismo da palestra, por trazer uma abordagem inovadora, original, tratada dessa maneira rica de dados de investigações e resultados de pesquisas que ele nos traz aqui hoje. E isso, realmente, como eu comentava há pouco, antes de o evento começar, de fato confirma que nós estamos trazendo aqui o que há de mais novo, o que há de mais contemporâneo em termos de uma revisão historiográfica de muitos desses mitos que foram construídos ao longo das décadas passadas. Eu teria muito a dizer sobre a abordagem do Eduardo, porque trabalho também com alguns temas que tangenciam, que são correlatos aos temas abordados. Acho interessante, acho que confirma a nossa expectativa, a minha e a do Luiz Fernandes, que organizamos o evento, de que as polêmicas surgissem. E, de fato, a Adriana Romeiro abordou com bastante riqueza de detalhes a forte presença paulista nas Minas Gerais no início da ocupação do atual território mineiro, a primazia paulista nessa ocupação. Eu mesmo, modestamente, tenho trabalhado com dados históricos que indicam que os primeiros

assentamentos no sertão mineiro, ou seja, fora da região mineradora, são assentamentos majoritariamente paulistas, organizados por paulistas, e que nada têm efetivamente a ver com essa historiografia laudatória de exaltação da figura paulista, construída por autores como Taunay, Alfredo Ellis Júnior. Isso tem que ser varrido, pois a primazia paulista tem a ver com a posição de segunda categoria de São Paulo na colônia, com a pobreza paulista no período colonial. Falar em paulista no período colonial, aproveitando a oportunidade aberta pelo Eduardo, falar em pobreza no período colonial não tem absolutamente nada a ver com falar em paulista, a partir da ascensão de São Paulo no contexto da República e da posição central que São Paulo hoje ocupa no Brasil, do ponto de vista econômico. Falar em paulista no período colonial é falar de uma população excluída, inclusive porque não tem condições econômicas, geográficas e demográficas de ascensão, naquele contexto. A colônia era majoritariamente Bahia e Pernambuco. Mas eu não vou me estender sobre isso porque senão vira um debate exclusivo e nós queremos trazer a fala do Eduardo para criar polêmica com vocês, com o público. Então já de imediato passo a palavra para quem quiser fazer perguntas.

**O Sr. Luiz Fernandes** – Eduardo, obrigado pelas palavras. Eu acho que você abriu temas importantes, e eu gostaria de aproveitar mais o seu conhecimento dessa produção historiográfica e não vou entrar agora, a não ser se perguntarem, se não perguntarem eu vou voltar aqui, mas eu gostaria de saber se você tem novidades em relação aos reinóis, aos portugueses que vieram para as minas, se há distinção entre eles também. E uma coisa também que me chamou a atenção na sua palestra: a pouca atenção dada às nações indígenas que aqui habitavam, porque também nesse caso, certamente há distinções entre elas.

**O Sr. Márcio Santos** – Antes da resposta quero lembrar que a pergunta é corrente. Nós estamos em busca de uma resposta sobre as nações indígenas que habitavam esse território e acho que vale a pena se estender um pouco

## POVOS DAS MINAS NO SÉCULO XVIII

---

sobre isso.

**O Prof. Eduardo França Paiva** – Agradeço muito a pergunta, porque me possibilita voltar a alguns pontos que ficaram pouco esclarecidos. Eu vou começar pelas populações indígenas. Falar pouco sobre isso significa que a historiografia avança pouco, mesmo que tenha começado a avançar mais, recentemente. Eu estou falando sobre historiografia, não de Antropologia. Estudos históricos, estudos a partir das fontes históricas, dos acervos imensos que nós temos e que são ricos, e, a partir dos silêncios, nos obrigam a refletir, se são ainda poucos, indicam o nosso descuido com a história da população indígena. Vamos pôr os pingos nos is! Eu gosto de falar sobre os temas mais educadamente, mas acho que, às vezes, esgrachar um pouco a coisa é melhor. Falando muito abertamente, não há mais do que 15 ou 20 anos que nós consideramos o índio um agente histórico. Então, é bom a gente olhar para a ponta do dedo da gente. Eu olho para a minha, porque há 20 anos venho estudando essas questões e, muitas vezes, a coisa não me passou pela cabeça, e não me passou pela cabeça porque estive mergulhado numa tradição historiográfica que simplesmente fala muito pouco sobre os índios. O índio como agente histórico, sua existência, interações, sua participação como co-construtores desse universo colonial, isso é abordagem muito recente e tardia, infelizmente. Nossa Constituição é de 1988. Até 88, os índios não respondiam sobre eles mesmos. Isso nos mostra nossos absolutos descuido e despreparo recentes. Mas a historiografia tem avançado sobre a história indígena, felizmente. Essa ainda importante lacuna em nossa historiografia cada vez mais chama a atenção dos pesquisadores, mesmo porque, o tema tem sido atrelado à idéia de uma história ambiental, do meio ambiente. Para falar de meio ambiente não é possível excluir as pessoas que mais o conheciam (além dos africanos que aqui achavam uma natureza muito semelhante à que existia do outro lado do Atlântico), que estavam aqui antes dos europeus chegarem, que andavam, que tinham trilhas que corriam toda essa América. Muitos aqui presentes devem ter escutado, inúmeras vezes, histórias fantasiosas sobre passagens subterrâneas que ligavam São

Tomé das Letras a Machu Picchu. Fantasias à parte, havia trilhas abertas por toda essa América do Sul, e não é de todo irreal a possibilidade de ligações tão extensas.

As populações indígenas também se distinguiam, havia guerras entre elas, mas elas também firmavam alianças, trocavam objetos e experiências. Então, tentando responder à pergunta, se os índios não estão em minha fala, é meio ignorância de minha parte, mas ressalvo que a historiografia se debruça sobre esse tema hoje. A questão sobre os portugueses eu acho que durante muito tempo foi tratada de uma forma muito estereotipada. Então, os portugueses que vieram para o Brasil, não importa se no século XVI ou se no século XIX, todos eram ladrões, degredados, não sei o que mais. Um conjunto de inverdades, enfim! A partir do século XIX e do início do século XX, até hoje, esses portugueses, agora já estou falando de versões historiográficas, começaram a ser vistos como grandes idiotas, parvos, ignorantes, enfim, como os “burros” das inúmeras anedotas que todos conhecemos. Então, essa população foi fortemente vista a partir de estereótipos, sobretudo a partir do século XIX. A historiografia brasileira também tem revisto tudo isso, inclusive para demonstrar as diferenças, por exemplo, do deslocamento de populações do norte de Portugal ou do sul de Portugal, ou até mesmo de regiões que não tinham essa fronteira tão bem estabelecida naquele momento. Os dados que eu levantei para Minas Gerais, no século XVIII, são bastante reveladores do perfil e da dinâmica de vida desses portugueses. Por exemplo, eu diria que algo em torno de 70 ou 80% dos portugueses com cujos testamentos eu trabalhei eram solteiros, e desses pelo menos 40 ou 50% se declaravam pais de bastardos mulatos e pardos. As porcentagens, creio, estão subestimadas, uma vez que nem todos os pais declararam seus filhos “naturais”. Então, isso nos dá alguns elementos que mudam também o perfil dessa população. Por isso é que, cada vez mais, não se sustenta a idéia de que os portugueses vêm para explorar, para ficarem ricos e para voltarem. Eles vieram, ficaram, se envolveram em todas as atividades econômicas e se integraram completamente ao universo mestiço colonial. Mas é preciso caminhar mais nesses estudos.

## POVOS DAS MINAS NO SÉCULO XVIII

---

**O Sr. Márcio Metzker** – Professor, boa noite, o meu nome é Márcio Metzker, sou jornalista aqui na Assembléia e eu gostaria de agradecer muito ao senhor por tirar o meu complexo de cabana do Pai Tomás, esse atavismo, esse remorso atávico que a gente de pele branca sente por ter pendurado os negros no pelourinho no passado, quando o senhor me diz que os negros também eram proprietários de escravos e tinham todos esses grupos que não se misturavam. Eu dei uma boa contribuição ao Prof. Douglas Libby, quando ele escreveu aquele trabalho sobre a mina de Morro Velho, como um ícone sobre a presença inglesa no Brasil, e ele pegou de 1735, que foi a época da mecanização da exploração do ouro ali, quando acabou o ouro de aluvião na região de Ouro Preto e Sabará. E eles começaram a se enfiar pela terra adentro com a tecnologia que só os ingleses tinham.

**O Prof. Eduardo França Paiva** – 1835...

**O Sr. Márcio Metzker** – Em 1735 começou a exploração.

**O Prof. Eduardo França Paiva** – A mecanização já é do século XIX.

**O Sr. Márcio Metzker** – Sim, sim, eu falo de exploração por escoramento, entrar em mina, desabamentos, morriam em torno de 60 escravos. E ele descreve muito bem quando os ingleses, famílias e gerações e gerações de ingleses, viveram na abundância porque tinham ações da Mina de Morro Velho e ficavam enfurecidos quando ocorria um desabamento e morriam uns 60 escravos, 4 feitores, e eles ficavam 2 ou 3 anos sem receber dividendos daquelas ações que eles tinham e mandavam sempre alguém para investigar. E uma das coisas que o Prof. Douglas me deu quando terminou o trabalho foi um livro do Sir Richard Burton que fez uma viagem do Rio de Janeiro ao Morro Velho e depois desceu o Rio São Francisco de canoa, com aqueles dons de naturalista, uma leitura maravilhosa. E ele diz que os negros tinham muito mais privilégios, os negros escravos, tinham muito mais privilégio do que a gente imaginava. O melhor hospital da província era o de Nova Lima. Até à vacina os negros já tinham acesso e o resto da população não

tinha. A maneira como eles viajavam também, os escravos africanos, era mais confortável. Os navios negreiros, apesar de o Castro Alves ter descrito a tristeza, eles viajavam com mais conforto do que os imigrantes suíços que vieram em 1820, na época da primeira colônia, quando D. João VI abriu para... Ele dizia que os ingleses tinham os seus escravos pugilistas, que eles eram tratados como galos de briga, com todo o conforto, com boa alimentação, bom treinamento porque era o meu negro que ia lutar contra o seu negro na praça de Nova Lima. Então o que eu queria fazer era recomendar essa leitura magnífica do Richard Burton, que era um homem que não pensava absolutamente dentro de nenhum preconceito religioso, social, nem nada, ele observava tudo e falava aquilo com uma liberdade que chocava até mesmo a esposa dele, que editou esses livros, que era a Isabel Burton.

**O Prof. Eduardo França Paiva** – Eu lhe agradeço muito pelo comentário. E queria retomar da seguinte maneira: isso é polêmico, isso é chocante para a maior parte das pessoas que inclusive estão aqui. Mas é bom nós lembrarmos que até meados do século XIX escravidão era prática legal e legítima. E só da metade do século XIX para a frente, a partir, sobretudo, da formação de uma opinião pública como a entendemos hoje, primeiramente na Europa, mas, também, no Brasil, é que a escravidão passa a ser algo considerado desumano e ilegítimo, tornando-se, em seguida, ilegal. Até então, era exatamente o contrário. E essas legalidade e legitimidade eram atestadas pelos próprios escravos. A escravidão não foi inventada no Brasil, por um grupo pequeno de feitores ou de proprietários branquinhos maldosos! O escravismo e o comércio de escravos existiram durante toda a história humana. Não houve apenas o tráfico de escravos, levados da África para a América. Houve inúmeras rotas de tráficos de escravos. Então, tudo isso nos permite repensar essas questões todas, o que eu gostaria muito de frisar, porque eu sei que este é um programa que vai ser transmitido para muitas localidades e é muito importante que tudo isso fique claro. O que foi exposto na pergunta e durante minha exposição também, sobretudo o que mostra a autonomia de

## POVOS DAS MINAS NO SÉCULO XVIII

---

escravos, as possibilidades de negociação com os proprietários e, também, a sustentação dos valores escravistas pelos próprios escravos não significa dizer que foi muito bom ser escravo. Não é isso. Não significa que a vida dos escravos tenha sido uma vida maravilhosa, confortável e tudo o mais. Entretanto, significa dizer que o cotidiano dos escravos, em todo esse período, engendrou tanto as formas cruéis de trato, quanto formas de negociação, de autonomia, de afeto entre os escravos e entre eles e os não-escravos, de relacionamentos os mais distintos e possíveis, porque tudo isso fez e continua fazendo parte da vida das pessoas. Não foi o presente que inventou tudo isso. Sempre houve esse conjunto de elementos que compõem as relações entre pessoas, relações sociais, relações culturais. Volto a frisar. O que eu falei, o que foi dito agora pelo Márcio, não significa dizer que a vida dos escravos foi muito confortável, que foi muito bom ser escravo no passado. Significa dizer, aí sim, que não foi só tronco, chicote e trabalho forçado (costumo chamar isso de “imaginário tronco”). Essa história foi muito mais complexa e muito mais rica também. É isso que significam as declarações anteriores. Enquanto nós não nos livrarmos dessa idéia que todos temos lá no fundo, incrustada, de escravo preso a um tronco e apenas isso, nós não conseguiremos enxergar que esses homens e mulheres, escravos e ex-escravos, no passado, foram acima e além de tudo, pessoas e agentes históricos. Eles não nascem escravos. Nascem juridicamente escravos (ou foram escravizados depois). São pessoas, são agentes históricos, são homens, são mulheres, são portadores de culturas, de tradições, de saberes, de desejos e de conflitos emocionais. Muito além de serem escravos, que é uma condição jurídica, sempre tiveram antes uma condição humana. E é isso o que mais importa. Isso é óbvio, mas, há pelo menos 30 anos, sociólogos, historiadores e demais estudiosos de vários lugares não acreditavam nisso e entendiam que escravos eram coisas e vítimas apenas. Essas idéias ainda ecoam fortemente e por isso mesmo não é fácil, ainda hoje, convencer as pessoas de que escravos e escravas no passado foram gente, foram agentes e que co-construíram as socieda-

des nas quais eles viveram, as quais nós herdamos e com as quais continuamos mantendo contatos íntimos. Romper com essas idéias prontas e arraigadas é um grande desafio. E sempre é fácil culpar os intelectuais por essa espécie de abismo intransponível entre o que eles pensam e escrevem e o grande público: escutam sempre que a linguagem da universidade é inacessível, que a academia e os intelectuais são intangíveis, etc... Penso que no caso presente, tema de nossas conversas hoje, esses discursos são pouco ou nada aceitáveis. Lembro-lhes que há uma enorme quantidade de pessoas ainda hoje que se recusam a escutar sequer, a ler, a entender argumentos como os apresentados aqui ou estudos que os abordem. Claro, é muito mais fácil bater na tecla da vítima. Ninguém é apenas vítima, 24 horas de todos os dias, durante toda a sua vida! Creio que muito mais vitimiza o historiador ou aquele que *a posteriori* desqualifica os agentes do/no passado. O que nos interessa aqui é demonstrar que esse “imaginário do tronco” é muito simplório, é muito reducionista e ele é muito perigoso também. E é isso, eu acho, que o Márcio quis dizer, exatamente isso. É muito bom frisar que nenhum de nós aqui está achando que a vida do escravo foi uma maravilha, mas é bom reconhecer que para parte significativa desses escravos, nas Minas ou em qualquer outro lugar, a vida era, de uma forma geral, menos dura do que a vida de operários na Europa, na primeira metade do século XX, por exemplo. Se não era menos dura era igualmente cruel. Então, nós temos valores com os quais nós precisamos saber lidar. E valores são construções históricas, eles não serão a mesma coisa para sempre. Eles também vão mudando, assim como os conceitos. Eu acho que esse é o papel da História e do historiador: ver esse passado com um foco muito mais amplo e muito menos reducionista e simplório do que a gente vê até hoje.

**O Sr. Alysson Gonçalves** – Boa noite, meu nome é Allyson Gonçalves, eu sou professor de capoeira, estudante de História da Uni-BH. Em primeiro lugar, eu queria dar uma contribuição sobre o que foi falado aqui, que é a questão dos povos indígenas em Minas Gerais, no caso citando duas



## POVOS DAS MINAS NO SÉCULO XVIII

---

historiadoras, uma é Maria Leônia Chaves de Resende, que é professora da Universidade Federal de São João Del Rey, ela também tem as suas pesquisas sobre a questão indígena. A outra se chama Núbia Braga Ribeiro, que defendeu tese de doutorado neste semestre na USP, e eu tive oportunidade de participar do projeto de pesquisa dela, que é “Lutas e Focos de Resistência dos Povos Indígenas nas Minas do Século Dezoito”. Então é uma pessoa que trabalha essa questão das lutas e focos dos povos indígenas, que eu acho que é interessante estar pesquisando, para saber o porquê do interesse. Eu queria fazer duas perguntas. Eu li há um tempo atrás um artigo do ... Viana, que também trabalha essa questão da mestiçagem, porque ele é um antropólogo. E eu me recordo muito de uma questão na antropologia, que é a da difusão cultural, a questão da junção do aprendizado, da troca dos saberes que ocorre na relevância de todo o período da humanidade. Queria saber se podemos analisar ou trabalhar essa questão da difusão cultural e da mestiçagem. Ela ocorre desde os primórdios dos tempos e quando a gente fala sobre a questão elaborada pelo próprio Eric Hobsbawn, quando ele trabalha com a invenção das tradições, dizendo que todas as tradições são inventadas e a própria questão da aculturação que as pessoas falam muito. Isso é muito uma questão de dizer que não existe e nunca existiu uma cultura autóctone, genuína? Essa é uma pergunta, e a outra é sobre Minas Gerais, um dos projetos de pesquisa meu. A questão é, se tem no século 18, ou no século 19, ou se você teve algum contato com algum documento que define um ser social que está à margem da sociedade em Minas no século 18 e no século 19. E se existe, se você deparou com esse jargão do indivíduo dizendo que está à margem da sociedade, já que a gente tem no Rio de Janeiro e na Bahia o indivíduo que é enquadrado dentro do código penal, e aí a partir de 1830, no século XIX. Existe alguma terminologia voltada para esse indivíduo à margem da sociedade? O meu próprio colega ali comentou que alguns escravos eram bem cuidados, porque um escravo lutava com outro, a gente tem estas questões. Em Minas o senhor teve esse contato (com a informação)?

**O Prof. Eduardo França Paiva** – Olha, eu vou responder a primeira, pelo início! Na perspectiva de uma historiografia mais contemporânea, mais recente, uma historiografia que eu poderia chamar inclusive de História Cultural, que é a historiografia à qual me filio, é impossível sustentar a idéia de uma cultura pura, mas, ao mesmo tempo, é possível. Eu vou explicar o que é que quero dizer. É impossível que, historicamente, uma cultura tenha sido algo que se formou sem qualquer tipo de mescla ou de contato ou de influência de algo externo a ela. Mas, a partir do momento que nós redefinimos o que é o nosso conceito de realidade histórica, essa “impossibilidade” passa a ser relativa. O que é a realidade histórica para nós hoje? É algo completamente distinto do que se pensava há 40, 50 anos atrás. Por quê? Porque o que nós entendemos como realidade histórica hoje inclui, evidentemente, aquilo que nós achávamos antes que pairava sobre ela, ou seja, o imaginário, as mentalidades, os discursos e as representações, aquilo que não era tangível, palpável, os sentimentos... isso não era real. Ora, é impossível pensar hoje História e o próprio conceito de realidade histórica sem considerar essas dimensões igualmente históricas e culturais. Bom, isso tudo é para falar o seguinte: essas redefinições tornam possível se falar em culturas puras, porque os discursos e as representações são a realidade também. Os discursos, as imagens, as representações, são a própria realidade. A partir disto nós criamos juízos de valor, nós comemos, nós bebemos, nós escolhemos, nós nos afastamos, nós nos aproximamos. Então, não dá para falar que isso não faz parte da realidade. Então, o discurso da pureza nos diz que ela é a própria realidade. É possível, nesse sentido, portanto, falar de culturas puras, de povos puros. Talvez o maior dos exemplos que eu possa dar aqui agora ocorreu em meados do século XX e milhões de judeus morreram por causa dessa crença absurda da pureza cultural e racial. Entretanto, ainda que absurda, ela não era irreal. Um discurso definiu uma realidade histórica no passado e no presente e em nome de um futuro imaculado, de pureza cultural, racial, étnica, julgou-se e matou-se muita gente.

## POVOS DAS MINAS NO SÉCULO XVIII

---

Bom, isso tudo foi para te falar o quê? Que cultura nessa perspectiva mais contemporânea, não pode jamais ser entendida, assim como a história, como algo estático no tempo e no espaço. A própria definição do que é cultura, do que é história se centra na idéia de movimento, de alteração, de modificação, de pluralidade, de diversidade. Não é nada que seja estático. Portanto, nesse sentido é muito incorreto, por exemplo, eu falar sobre “a cultura de Minas Gerais”. Não tem, nunca teve, nunca vai haver isso, dessa forma, a não ser na dimensão do discurso. Assim como não há “a cultura da França”, não há “a cultura da China”, e por aí vai. É melhor nós tratarmos disso de uma forma mais plural, mais diversa, para a gente começar a entender melhor o que é que nós estamos falando nesse mundo no início do século XXI, que optou – e cada vez eu vejo isso mais claro – pela diversidade e não pela singularidade. Foi-se o tempo em que nós queríamos falar do ser universal. Ninguém mais dá conta de falar nem mesmo de cidadão universal. Porque se o conceito de cidadania (e isso vai como uma provocação e eu acho que esse é um grande tema para ser debatido aqui), se nós continuamos entendendo o cidadão singularizando-o, estandardizando-o, tornando-o igual a todos em todos os espaços, tempos e território, nós estamos incorrendo em definições que nosso mundo (e nós historiadores não estamos à parte dele, nós somos esse mundo) não aceita mais. Ou seja, estaríamos nos contrapondo, em alguma medida, à opção contemporânea pela diferença, pela diversidade, seja ela conflituosa ou não, isso importa pouco. Mas o elemento central do nosso entendimento de mundo hoje não é a singularidade, é exatamente o contrário. E o grande desafio para nós hoje é dar conta de entender isso no passado e no presente. Por isso, nosso exercício temporal de ir e vir. Mas eu acho que me distanciei um pouquinho da sua pergunta. Sobre a questão da mestiçagem. Exatamente por isso, esse conceito maldito do século XIX, que é um conceito que no passado estava atrelado à idéia de eugenia, à idéia de hierarquia racial, à hierarquização do mundo entre os mais evoluídos e os menos evoluídos. Esse conceito maldito da

mestiçagem toma outra dimensão no final do século XX. Não se trata do mesmo conceito do século XIX, assim como não se trata do mesmo conceito de cultura do século XIX. Novos contextos, novas indagações, novas respostas! Houve uma revisão, uma releitura, uma remodelação desse conceito. Então, esse conceito de mestiçagem ainda é visto de forma desconfiada por muitas pessoas, ele causa muita polêmica, as pessoas, em geral, pensam em mestiçagem, nas áreas de Ciências Humanas, sobretudo, e a primeira reação é, quase sempre, “torcer o nariz”. Mas mestiçagem é, na verdade, mais que um conceito, é um sentimento, é uma prática, é uma categoria antiquíssima. Voltemos a Plínio e encontraremos a definição do que é híbrido e que diferencia o mesclado daquilo que não é mesclado, aquilo que é original, daquilo que não é original, aquilo que é genuíno, daquilo que não é genuíno. Ora, quando nós entendemos isso, nós entendemos também por que todos esses conceitos são conceitos que não podem ser utilizados da mesma maneira, de forma estática, em qualquer tempo, em qualquer espaço, em qualquer momento. Eles também variam, eles também são construídos histórica e culturalmente. Achei ótima a sua pergunta, porque me possibilita falar sobre isso aqui claramente: ao contrário de um número grande de críticos recentes, sobre essa história das mestiçagens, que costumam dizer “esse pessoal que quer mexer com mestiçagem, esquece que existe conflito” (como se fôssemos ingênuos historiadores iniciantes) esquecem também que mestiçagem não é uma moda historiográfica recente. Mestiçagem e hibridação são práticas antiquíssimas, são conceitos igualmente antigos, anteriores à Bíblia. E têm explicações e usos distintos durante toda a trajetória dos homens em sociedade, porque estão atrelados à distinção do eu e do outro. É claro que nós chegamos ao ponto. O ponto central é esse: distinguir o eu do outro. O que está comigo do que não está comigo. Haveria outros tipos de relação de poder e de relação política mais latentes que estes? Então, essas críticas simplórias que eu vivo escutando: “ah, não tem conflito, esqueceu do poder, não sei o quê”, é um discursozinho viciado, igualmente simplório e que denuncia

## POVOS DAS MINAS NO SÉCULO XVIII

---

grande desconhecimento teórico e historiográfico. Não estou dizendo que todas as críticas são assim, todos os críticos são assim, mas boa parte é. Demonstra um desconhecimento completo sobre a discussão historiográfica, enfim sobre as perspectivas que vêm revendo os conceitos e seus usos históricos. Passado não é estático, passado é sempre uma versão feita no presente. Os grandes historiadores franceses do início do século XX já diziam isso. Não existe história do passado. Nenhuma história é do passado, toda história é história do presente. O que se faz é no presente. Então, é bom que a gente tenha isso sempre mais claramente, e é bom também que esse programa, que está sendo gravado e será retransmitido pela TV, tenha uma circulação maior, porque gostaria que todo esse falatório conseguisse, pelo menos, plantar uma sementinha de curiosidade naqueles que estão escutando. Mas para os especialistas e para os que estão estudando, isso é extremamente importante, porque isso é a definição do próprio campo de trabalho que nós temos hoje, que é o campo da História. É, também, uma definição mais clara para nós mesmos do que é o nosso trabalho, que continua sendo difícil, complexo, instigante. E fascinante, eu posso garantir isso daqui da posição de historiador. Com relação à sua segunda pergunta, eu custei a entender, mas me parece que o que você está querendo me perguntar é se na documentação dos séculos XVIII e XIX existe uma terminologia que pudesse ser tomada para identificar aquelas pessoas que naquele momento foram tomadas como marginais, porque essa palavra, creio, não era empregada naquele momento. Bem, existe sim, existe uma plêiade de termos que eram utilizados, desde plebe, povo, malta. Aí no século XIX fica muito mais clara a idéia de vadiagem, então eram os vadios, escória... tem um enorme conjunto de termos utilizados. Agora, o que é mais importante para isso é lembrar que são termos supostamente utilizados, mas na perspectiva de quem os registrou nos documentos. Se você pudesse voltar no tempo e fazer uma entrevista com essa “escória”, com a “plebe”, com os “vadios”, com os escravos, e perguntasse: você é vadio? você é “coisa”? você é “malta”?, certamente

você constataria variações em relação ao tipo de resposta que ficou registrada por conveniência ou convicção. Muito cuidado com isso! São formas de distinção, assim como a mestiçagem o foi. Muitas vezes, as próprias identificações de mestiço, por exemplo, eram termos pejorativos e desqualificadores. Há documentos que te mostram claramente como um pardo xinga o outro de mulato, ou o contrário. Xingar: “você é um pardo!” é um desmerecimento, é uma desclassificação a um pardo, tendo sido falado por um mulato. Ou então diz assim: “minha filha se casará, mas é com homem branco”, embora fosse mulata. Ou então, para te dar um exemplo para encerrar isso aqui, um exemplo concreto, o testamento do Bazílio Brito Malheiro do Lago, que foi um dos delatores da Inconfidência Mineira. Ele escreve seu testamento no comecinho do século XIX. Esse testamento é um texto fascinante em vários aspectos, mas o que eu quero te dizer, ao te responder, é que em determinado momento ele escreve o seguinte (estou reproduzindo livremente, claro): “... porque a população toda me odeia... porque eu tenho medo de morrer assassinado”, isso, escrevendo diretamente ao governador de Minas Gerais e testamento não era documento que se escrevesse para governador, mas Bazílio o faz exatamente diante da situação particular na qual se encontrava. Então, ele escreve que “... a população me odeia, essa gente do Brasil me odeia, e a meu filho também...”, dá todos os dados e no final ele registra: “... e peço que o meu filho, embora tenha menor idade, seja meu testamenteiro, porque tem condições de o ser, mesmo sendo menor e tendo como único defeito ser filho do Brasil”. Então, essas coisas são todas relativas. O “ser filho do Brasil” era o pecado original, era preciso purgar isso. Assim como o mestiço o foi diante do branco, o pardo o foi diante do mulato e por aí vai. Daí a relatividade desses usos e desses termos no passado e agora. E é por isso que eu não me contenho em observar que estou aqui, falando tudo isso, enfocando as mestiçagens na formação da população das Minas Gerais, logo no dia em que o Obama foi anunciado vencedor das prévias eleitorais e como o primeiro negro que

## POVOS DAS MINAS NO SÉCULO XVIII

---

poderá vir a ocupar o cargo de presidente dos Estados Unidos: ele não é negro, pelo menos em nossa perspectiva histórica. É um mulato, filho de pai negro e mãe branca. Isso nos demonstra como essa questão não é só uma questão mal conhecida, mal tratada, enfim mal cuidada entre nós, que estamos aqui, ou na Academia ou entre os historiadores. Isso indica a extensão do “estrago” que a eugenia do século XIX e do início do século XX nos causou.

**O Sr. Márcio Santos** – Ouvindo você falar, veio à minha mente a relatividade dos termos, e essa era uma pergunta que eu tinha para você, e você ao longo das próprias perguntas foi encaminhando. Hoje para o IBGE, nós somos quatro grandes grupos, brancos, negros, amarelos e pardos, e pardos é possivelmente a maior parte da população brasileira.

**O Prof. Eduardo França Paiva** – E isso depois de uma experiência riquíssima, que ficou conhecida internacionalmente, metodologia aplicada intencionalmente, que o IBGE, muito corajosamente, fez, porque em momento algum deixou de ter critérios muito científicos, que optou pela auto-definição por parte dos entrevistados. E o que aparece a partir dessa auto-definição são centenas de termos com os quais as pessoas se definiram: chocolate, amarelinho, café com leite, cor de manga, e por aí vai. Era mais ou menos o que existia também nos séculos XIV e XV, na Península Ibérica, ou no século XVI, no México ou no Peru, ou nos séculos XVII, XVIII e XIX, no Brasil. Para vocês terem uma idéia sobre a confusão que isso é, se eu perguntar aqui o que é mameluco, provavelmente, se não todos, a maioria vai me responder que é um tipo de mestiço brasileiro que não se sabe se é mistura de índio com negro, ou índio com branco. Mameluco é uma palavra que vem do árabe. Eram os escravos não muçulmanos dos sultões, desde o século VIII até pelo menos os séculos XVIII e XIX, que eram convertidos ao Islã, preparados como guerreiros do sultão, formados na melhor das melhores tradições militares e religiosas. Ganhavam alforria aos 21 anos (se não me engano), casavam-se com mulheres muçulmanas e passavam a fazer parte, como ex-escravos, da corte dos sultões mais poderosos.

Houve ex-escravos mamelucos que se transformaram em sultões. Como é que isso chegou aqui para identificar a mistura biológica entre um índio e um branco ou um índio e um negro, um caboclo? Eu não sei, mas isso, no mínimo, coloca muitas dúvidas e nos obriga a pensar e perceber o seguinte: não dá para falar de história do Brasil, como se fôssemos uma ilha isolada no mundo. Não é, nunca foi e não vai ser. Se continuarmos fazendo história nacional, restrita às fronteiras nacionais, estaremos fadados a sermos esquecidos pelo resto do mundo, guardado algum exagero de minha parte! Porque não dá para falar de história do Brasil ilhado. Para entender o que é que foi a mestiçagem no Brasil, que é o que nós somos aqui e agora, é importante retomar a Jihad islâmica do século VIII, para percebermos como os experimentos culturais e biológicos foram gestados, como passaram à Península Ibérica e vieram ecoar nas Minas Gerais. Então, é isso mais ou menos.

**A Sra. Vera** – Eu trabalho com a Deputada Gláucia Brandão e sou graduada em História. O senhor passou aí pelo negro, pelo preto, pelo mestiço e tudo e falou uma palavra, que na minha formação ficou em branco, que é o cabra. Eu gostaria que o senhor especificasse melhor, que eu acho que tem um monte de gente aqui que está com essa dúvida.

**O Prof. Eduardo França Paiva** – Cabra, não é?

**A Sra. Vera** – É. Porque hoje você escuta o termo cabra, mas naturalmente não é a mesma coisa.

**O Prof. Eduardo França Paiva** – Não é o cabra que aparece na novela ou nos romances: “Oh, seu cabra!” Mas esse cabra... não é exatamente, mas na origem me parece ser. A origem pode ser. O cabra que a gente entende como o mestiço é misto de branco e índio, que é o mameluco, ou de preto e índio, não existe uma definição única. Mas esse cabra é na origem, muito próximo do que na Península Ibérica era chamado de *cabrón*, que é um xingamento, que é pejorativo, que vai virar no século XIX, e no início do século XX, no Rio de Janeiro principalmente, cabrocha e que no nordeste vira cabrito. A coisa é fascinante e está aí para ser estudada. Isso eu estou falando



## POVOS DAS MINAS NO SÉCULO XVIII

---

com toda a convicção. Eu estou preparando agora um dicionário, que é uma loucura, uma loucura para o resto da vida, mas que vai se chamar *Dicionário Histórico das Mestiçagens nos Mundos Ibéricos*, trabalho conjunto de uma equipe daqui da UFMG e outra da Escuela de Estudios Hispano-Americanos de Sevilla, além de uma professora francesa. Nós nos juntamos e vamos organizar essa loucura que é fazer esse dicionário. Cabra é termo que, certamente, constará no Dicionário, mesmo porque, a animalização do outro foi uma constante nessa história.